

## Representação política e eleições no Brasil: percursos, entraves e perspectivas na produção recente

Tiago Daher Padovezi Borges<sup>1</sup> 

### Introdução

Não é exagero afirmar que o campo de estudos sobre nossas instituições políticas vive um período de desconforto a respeito de nossos arcabouços teóricos e dos achados dos últimos anos. Seria ingenuidade supor que os turbulentos eventos recentes não gerariam “desconfianças” em uma área que trata da atuação de organizações responsáveis pela representação política das democracias contemporâneas. Fenômenos como as grandes manifestações populares de 2013<sup>1</sup>, a Operação Lava Jato, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o êxito de um candidato de extrema-direita em 2018, acrescidos de uma aparente implosão do nosso sistema partidário nessas eleições<sup>2</sup>, têm colocado dúvidas a respeito dos rumos que temos seguido até então em nossas investigações.

Em meio a tal desconforto, o presente artigo tem o objetivo de organizar parte da

produção sobre os partidos políticos e sua atuação na arena eleitoral na atual experiência democrática, apresentando algumas teses centrais e os aspectos teóricos que balizam a discussão contemporânea sobre o tema. É importante destacar que não se trata de uma revisão exaustiva da literatura nesse período, mas sim de uma seleção de algumas importantes contribuições, que nos sugerem tanto continuidades quanto transformações nos diagnósticos quanto à importância e ao funcionamento dos partidos nas eleições.

Apesar da novidade dessas turbulências, a sensação de desconfiança com nosso sistema político é nossa velha conhecida. Mesmo com oscilações e mudanças significativas ao longo dos últimos anos, a suspeição em relação ao funcionamento de nossos partidos é praticamente constitutiva em nossa produção. Como afirmou Wanderley Guilherme dos Santos (2018, p. 19): “Em dúvida política, condene as instituições representativas”.

- 1 Em junho de 2013, o país experimentou uma avalanche de manifestações, em diversos municípios brasileiros. Embora muito ainda se converse sobre as suas causas e seus efeitos, é importante pontuar que, para muitos, esse evento se torna um “divisor de águas” no funcionamento de nossas instituições. Como afirma Oscar Vilhena Vieira (2018, p. 33): “É difícil negar que o Brasil entrou, a partir das vastas manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013, numa grave crise política com forte impacto sobre de suas instituições constitucionais”.
- 2 Apesar do exagero dessa afirmação, ela está assentada na percepção de um aparente “desalinhamento partidário” (Abranches, 2019, p. 13), com um crescimento expressivo da fragmentação partidária, redução de votos e bancadas de partidos tradicionais e queda do padrão de disputa entre PT e PSDB no pleito presidencial.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: [tiago.daher@ufsc.br](mailto:tiago.daher@ufsc.br)  
Recebido em: 13/02/2020. Aprovado em: 15/07/2020

Em momentos marcados por ataques e pelo profundo pessimismo em relação ao nosso sistema político, elas tornam-se “as mais frágeis em interrogatório e as mais solitárias como suspeitas”.

Diante dessa persistência, buscarei situá-la a partir de uma conhecida guinada teórica, que culminou no distanciamento da perspectiva que aqui denominarei como de “enraizamento partidário”. Tal mudança envolveu também uma maior pluralização de problemas adjacentes, ocasionando o recente crescimento da produção e da especialização em temáticas relacionados com a atuação dos partidos nas eleições. Na última década, questões que versam sobre a seleção de candidaturas, as estratégias de competição eleitoral, entre outras atividades, tornaram-se centrais na compreensão da arena eleitoral na democracia brasileira. Assim, nas páginas seguintes, sustentarei que os estudos mais recentes sobre a atuação eleitoral dos partidos nas eleições reduziram a preocupação em relação às raízes dos partidos na sociedade brasileira e se voltaram para a investigação da agência de líderes partidários em momentos centrais para o estabelecimento de estratégias, como, por exemplo, a constituição de alianças e das listas partidárias.

Para realizar essa organização, em primeiro lugar, apresentarei o diagnóstico que funda as preocupações com nosso atual sistema político, tratando das expectativas teóricas que envolvem a necessidade de um sistema partidário enraizado entre os eleitores. Em seguida, lidarei com o segundo momento, que envolve uma discussão da agência de líderes dos partidos na conformação da disputa eleitoral e nas opções disponíveis aos

eleitores. E, na parte final, farei alguns breves apontamentos a respeito de dilemas e desafios empíricos e teóricos postos para esforços futuros, desencadeados pelos acontecimentos políticos recentes. Como ficará evidente ao longo do argumento, mesmo com mudanças de inclinações teóricas, a desconfiança foi um traço comum em grande parte das nossas indagações.

### **Partido político e sociedade brasileira: em busca do enraizamento**

A discussão que inaugura os estudos sobre os partidos na atual experiência democrática brasileira desfruta de algumas características que são centrais para compreender o distanciamento proporcionado pela produção mais recente. Assim, mesmo com eventuais repetições com organizações anteriores<sup>3</sup>, é importante tratar brevemente de alguns elementos da literatura inaugural sobre os partidos políticos e as eleições na atual experiência democrática. Trata-se de um conjunto de estudos marcados por um forte temor de rupturas autoritárias, sendo a configuração do sistema partidário um importante elemento na equação da estabilidade democrática. Trata-se de uma preocupação ancorada na influência teórica da sociologia política do período, preocupada com o modo como os partidos estão estabelecidos e são capazes de amortizar os conflitos sociais.

Antes de qualquer coisa, é necessário destacar um pouco da expectativa teórica envolvida em alguns dos estudos que se dedicaram a investigar a configuração do nosso sistema partidário e como se davam as elei-

---

3 Com propostas distintas, foram feitas algumas reconstruções do debate sobre os partidos políticos na atual experiência democrática (Limongi; Almeida; Freitas, 2016; Freitas; Guarnieri, 2018; Nicolau, 2010).

ções na democracia brasileira. Para boa parte dessa discussão, o enraizamento dos partidos políticos nas preferências dos eleitores levaria ao estreitamento de vínculos do regime democrático com a sociedade, proporcionando a canalização de demandas e a institucionalização de conflitos sociais<sup>4</sup>. De maneira geral, tanto a estabilidade quanto a qualidade do regime democrático passariam pelo modo como grupos e setores da sociedade estariam conectados com os partidos políticos, considerados veículos de inclusão para pressões redistributivas no interior das instituições democráticas.

Para tratar dessa preocupação, são investigadas tanto a identidade partidária, quanto a estabilidades das escolhas eleitorais e da competição política. A partir da utilização de *surveys* e de resultados eleitorais, o desafio empírico era de identificar até que ponto o nosso sistema político era capaz de estabelecer sólidas raízes com a sociedade e, assim, oferecer previsibilidade na competição político-eleitoral. Logo, além das identidades partidárias, a regularidade da competição e dos resultados indicaria, acima de tudo, que as preferências dos eleitores seriam estruturadas a partir dos principais partidos políticos, que canalizariam suas demandas, expressando-as na arena decisória.

Em relação aos diagnósticos produzidos a partir de tais inclinações teóricas e esforços empíricos, é importante destacar que é persistente a crítica em relação às escolhas institucionais em nossos dois períodos demo-

cráticos. E, nesse primeiro momento, ela se sustenta a partir da suposição teórica de uma relação entre a estabilidade do regime político competitivo e o funcionamento do sistema partidário. Assim, os temores em relação aos nossos partidos e as instituições eleitorais se relacionavam com a própria manutenção da democracia. Na década de 1980, mesmo com o natural otimismo derivado da abertura do sistema político, o diagnóstico comum do período era de que a reforma eleitoral de 1979 e a Constituição de 1988 perpetuaram regras eleitorais e de governo que se mostraram inadequadas à realidade brasileira na década de 1960.

Como afirma a conhecida passagem de Bolívar Lamounier (1992, p. 24), “chegou-se à década de 1990 com uma estrutura político-institucional carregada de generosas pretensões democráticas, mas provavelmente imprópria como resposta aos desafios da modernização e perigosas do ponto de vista da governabilidade”. Em obra do mesmo período, Olavo Brasil Lima Jr. (1993, p. 25) assim afirma: “O que me parece estar *sub judice* não é a natureza do regime, mas a das instituições políticas e, sobretudo, a capacidade dessas de garantir a continuidade democrática”. Logo, um aspecto da produção inicial é seu forte pessimismo, sustentado na suposição de que as instituições políticas escolhidas pelos constituintes colocavam em risco de colapso a recém-nascida democracia.

É importante pontuar que esse diagnóstico pode ser atribuído ao modo como

---

4 É importante pontuar a influência de obras da sociologia política que tratavam do problema da estabilidade democrática e das frequentes interrupções autoritárias no período. Giovanni Sartori (1982) talvez seja a mais pronunciada influência no raciocínio de identificar uma relação entre a configuração dos partidos políticos e a vitalidade de um regime competitivo. Para o autor italiano, a investigação dos sistemas partidários deve não apenas considerar o critério numérico, mas é necessário também incluir a dimensão ideológica, que ofereceria indícios de deterioração do regime competitivo a partir da constatação tanto da polarização quanto da excessiva fracionalização do sistema partidário.

as instituições políticas — especialmente o presidencialismo e as regras eleitorais — foram responsabilizadas pela crise que culminou na ruptura ditatorial em 1964. Para um conjunto de importantes trabalhos (Souza, 1990; Santos, 2003; Lima Jr., 1983; Soares, 2001), o esforço de compreensão do fracasso democrático envolvia o investigar como os partidos políticos do período se conectavam com o conjunto de eleitores e de como eles seriam capazes de canalizar os conflitos distributivos. Mesmo não conferindo responsabilidade direta, a reflexão sobre o fracasso apontava para as instituições representativas com um atento olhar em suas supostas anomalias, tendo como parâmetro as longevas experiências europeias.

Os trabalhos de Maria do Carmo Cappello de Souza (1990) e de Wanderley Guilherme dos Santos (2003) exemplificam essa interpretação. Mesmo com diferenças significativas na interpretação de ambos, é comum o diagnóstico de que certas escolhas institucionais dificultavam o estabelecimento de laços do sistema partidário com a sociedade<sup>5</sup>. A permissividade para criação de partidos e de coligações favorecia a existência de partidos políticos com baixo apoio eleitoral, reforçando distanciamento entre o sistema partidário e os conflitos sociais<sup>6</sup>. De maneira geral, a estabilidade das escolhas eleitorais e a identidade com os principais partidos políticos eram tratadas como sinais do enraizamento dos partidos políticos na sociedade, o que conferiria maior previsibilidade na

competição política e, principalmente, ofereceria resistências aos eventuais solavancos de um regime democrático, que tenderiam a ser potencializados em uma realidade social de forte conflito redistributivo. Como afirma Santos (2003, p. 161), “quando, em 1962, a radicalização de posições alastrou-se por todo o sistema político, o sistema político não possuía mais a solidariedade interna para se sobrepor às ameaças externas e garantir continuidade do sistema representativo”.

Assim, para essa discussão inaugural, a ausência de enraizamento dos partidos com a sociedade faria com que o sistema político não oferecesse resistências às rupturas autoritárias. Sustentado pelo arcabouço teórico da sociologia política que tratou da instabilidade das democracias da metade do século XX e fortemente sensibilizado pela interrupção autoritária de 1964, o diagnóstico é de que a escolha institucional na Constituinte foi equivocada e apenas serviu para acomodar interesses de elites locais (Mainwaring, 2001). Como na experiência democrática anterior, a combinação institucional, que reunia a permissividade para a criação de partido, a possibilidade de coligações para eleições proporcionais e o sistema proporcional de lista aberta, serviu para reforçar a autonomia do político individual em detrimento dos partidos políticos.

Partindo também de expectativas similares e passadas as primeiras eleições, é possível identificar um amplo conjunto de estudos que, no fim da década de 1990 e início

---

5 Por exemplo, segundo Souza (1990), tanto a proliferação de partidos políticos quanto a sub-representação de Estados populosos na Câmara dos Deputados dificultaram a criação de laços entre os partidos políticos e os grupos sociais. Como aponta a autora, o Artigo 58 da Constituição de 1946, que versava sobre a distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados, “retirou aos partidos boa parte do substrato do conflito social que os levaria a tornarem-se que organizações efetivamente nacionais” (Souza, 1990, p. 134).

6 É importante destacar que tal diagnóstico foi contestado por alguns estudos que verificaram que os partidos brasileiros estavam se “enraizando” entre os eleitores (Lavareda, 1991; Nicolau, 2004).

da de 2000, mesmo tendo reduzido os temores de ruptura institucional, permaneceram críticos em relação às nossas organizações partidárias. De modo geral, dois fenômenos são identificados como problemáticos para o funcionamento da democracia brasileira: o personalismo dos vínculos políticos e a complexidade do sistema político-partidário, dificultando a inteligibilidade para o eleitor. A combinação institucional acima descrita proporcionaria incentivos para a proliferação de partidos sem significativo apoio eleitoral, além de favorecer estratégias personalistas de campanha por parte dos candidatos.

A fragmentação do sistema partidário é apontada como um resultado, principalmente, da dinâmica das coligações eleitorais (Nicolau, 1996), sendo um fenômeno fortemente marcado por alianças inconsistentes ideologicamente (Krause; Godói, 2010; Carreirão; Nascimento, 2010)<sup>7</sup>. Assim, os eleitores se deparam com movimentações que pouco atendem aos princípios político-ideológicos, tornando o sistema partidário marcado por uma escassa distinção entre os partidos que o compõem. Além disso, para um amplo conjunto de trabalhos (Mainwaring, 1991; 2001; Kinzo, 2004; 2005; Nicolau, 1996; 2002; 2006; Samuels, 1999; 2003a; Ames, 2003), o contexto institucional brasileiro proporciona um padrão de atuação dos políticos que pouco leva em conta os seus partidos políticos: “nenhuma democracia do mundo ocidental dá aos políticos tanta autonomia em relação a seus

partidos como o Brasil” (Mainwaring, 1991, p. 42). Nicolau partilha de diagnóstico semelhante ao analisar o mecanismo da lista aberta: “O processo de votação atualmente em vigor no Brasil acaba por reforçar para o cidadão a idéia de uma disputa personalizada” (Nicolau, 2002, p. 224). Como sustenta Ames (2003, p. 100), “a abertura e a flexibilidade enfraquecem os vínculos entre os eleitores e seus representantes, de modo que os partidos encontram dificuldades para agregar interesses de uma forma que se assemelhe a um programa coerente”.

É importante destacar que tal interpretação se manifestou em diagnósticos sobre o funcionamento de outros aspectos da atuação partidária, como, por exemplo, nos primeiros estudos sobre o financiamento de campanhas. Por exemplo, Kinzo (1998) constata a inexistência de vínculos de partidos com investidores eleitorais, que distribuíam recursos para candidaturas de diversos partidos, independentemente do posicionamento ideológico. Os trabalhos de David Samuels (1999; 2001; 2003b) sobre o tema reforçam o diagnóstico de personalismo nas estratégias dos políticos brasileiros, que teriam ligações com empresas, sem qualquer mediação partidária. Como afirma o autor:

O sistema eleitoral vigente no Brasil, de representação proporcional de lista aberta, incentiva táticas individualistas de campanha. Sob tais regras, os candidatos devem compe-

---

7 Em um estudo sobre as coligações para eleições proporcionais entre 1986 e 2006, os autores destacam o aumento de coligações inconsistentes ao longo do tempo, com uma pequena redução em 2006: “Uma tendência importante foi o crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes ao longo do período. Considerando o conjunto das candidaturas (inclusive aquelas envolvendo apenas pequenos partidos) esse crescimento vai até 2002, ocorrendo uma pequena queda na porcentagem destas coligações em 2006” (Carreirão; Nascimento, 2010, p. 127). Alguns estudos recentes (Carreirão, 2014; Borges, Carreirão, Nascimento, 2017) têm apontado que esse fenômeno não se reduziu nas últimas eleições.

tir tanto contra seus colegas de partido como contra os candidatos dos partidos adversários, portanto não podem apelar aos eleitores apenas de maneira coletiva, partidária; para ganhar votos, os candidatos precisam se diferenciar individualmente. Um modo de fazer isso é arrecadando e empregando recursos, visando à construção de uma base “personalizada” de votos por meio de favores, presentes ou outras benesses (Samuels, 2003b, p. 370).

Para tais estudos do início do século XXI, a principal preocupação desse arranjo passa a ser menos a ruptura autoritária e mais a existência de um regime democrático que pouco favorece o controle dos cidadãos em relação a seus representantes. Mesmo com tais estratégias individualizadas, a combinação institucional descrita e o elevado número de competidores (partidos e candidaturas) culminavam em um grave problema na inteligibilidade do sistema político para o eleitor. Kinzo (2004, p. 29) assim afirma sobre o fenômeno: “O fato de a maioria dos eleitores não lembrar quem é o seu deputado ou em quem votou nas últimas eleições legislativas é uma boa indicação da inexistência de um vínculo de representação claro entre parlamentares e eleitores”<sup>8</sup>.

A única exceção vislumbrada em meio a tal realidade é o caso do PT, que conta-

va com uma sólida organização e com uma significativa identificação dos eleitores nos partidos. Mobilizando importantes estudos organizacionais, que investigaram tanto sua origem como seu desenvolvimento (Mene-guello, 1989; Ribeiro, 2010; Amaral, 2013; Hunter, 2010), o PT foi considerado, mesmo nas leituras mais pessimistas, um caso à parte, como uma formação próxima dos partidos de massa europeus, em um contexto institucional inadequado. Samuels (1999) argumenta que essa singularidade foi atingida a partir de uma série de dispositivos internos de promoção de certas candidaturas e punição de dissidentes: “Os benefícios da sigla partidária excedem os custos, e o PT se mantém como o único partido com um ganho consistente de votos em legenda nas eleições legislativas brasileiras”<sup>9</sup> (Samuels, 1999, p. 513). Como sustenta Kinzo (2005, p. 76), “a fim de compensar a fluidez da estrutura de competição eleitoral e se afirmar como um ator importante na arena eleitoral, o PT fortaleceu sua organização e se apresentou às urnas como um efetivo partido de oposição e de esquerda”. Ou seja, o PT aparece com uma organização singular diante das demais, caracterizadas como frágeis e pouco relevantes para as ambições dos políticos e, por consequência, também para os eleitores.

Portanto, em primeiro lugar, verifica-se que, desde os trabalhos mais catastróficos, as

---

8 Em um estudo sobre o efeito número de candidatos e o nível de conhecimento dos eleitores, Lúcio Rennó (2006, p. 61) constata que “o número de candidatos [...] afeta negativamente o nível de conhecimento do eleitor. Contudo, essa relação não é estatisticamente significativa”. Ou seja, apesar de algumas evidências, o autor afirma que muitos dos efeitos são incrementais, não sendo necessárias reformas profundas. Também investigando a questão da complexidade do sistema político para o eleitor, Scott Desposato (2009) constata que os problemas informacionais são amenizados a partir das candidaturas para o executivo estadual. Como destaca o autor, “talvez a única desvantagem desse modelo seja a importância dos atores estaduais para os candidatos a deputado federal, sugerindo o regionalismo continua forte e influente no Brasil” (Desposato, 2009, p. 286).

9 Tradução do seguinte trecho: “the benefits of a party label have exceeded the costs, and the PT remains the only party to consistently gain a high percentage of label votes in legislative elections across Brazil” (Samuels, 1999, p. 513).

instituições eleitorais desfrutam um peso explicativo determinante em grande parte dos fenômenos eleitorais investigados. O formato do sistema partidário, o padrão de disputa e de alianças em eleições proporcionais, o modo de angariação e gastos de recursos de campanha e a organização dos partidos são derivados, em última instância, das regras eleitorais que incentivam as estratégias individualistas dos políticos. De maneira geral, sendo os políticos motivados pela sobrevivência política, o “tabuleiro” da disputa eleitoral teria o efeito de determinar as suas movimentações em outras arenas políticas.

Em segundo lugar, é importante destacar um aspecto normativo que rege tais estudos, marcados por uma forte crítica ao sistema político. Tanto a estabilidade quanto a qualidade da democracia tornaram-se fontes de preocupação de tais trabalhos, que partem da ideia de que ter um sistema partidário nítido aos eleitores, que se movimentam e se identificam a partir das opções partidárias definidas, é fundamental para o funcionamento de um regime competitivo. Entretanto, é importante pontuar que, já na metade da primeira década de 2000, essa orientação passou a ser repensada, principalmente após as evidências de que a democracia brasileira funcionava, de que os partidos políticos, no legislativo federal, eram centrais no processo decisório e adquiriam certa regularidade na competição eleitoral<sup>10</sup>. Assim, a produção ainda na primeira década do século XXI teria de lidar com a sobrevivência e a aparente vitalidade de nosso sistema político, apesar dos pessimistas prognósticos.

## **O partido político como ator político e a institucionalização do sistema partidário**

A presente seção tem o objetivo de explorar alguns estudos que, principalmente, a partir da segunda metade da primeira década do atual século, lidaram com a atuação partidária nas eleições a partir de temas que envolvem recursos de poder disponíveis aos líderes partidários. Antes de qualquer coisa, é importante destacar que essa produção nasce a partir de mudanças na ciência política brasileira, com uma mais nítida influência do neoinstitucionalismo da escolha racional (Limongi; Almeida; Freitas, 2016; Freitas; Guarnieri, 2018) e, principalmente, após os achados dos estudos legislativos no fim da década de 1990 (Figueiredo; Limongi, 1999). Além disso, trata-se de estudos que tinham de lidar com a incontornável evidência empírica de que, no Brasil, o regime democrático sobrevivia sem enfrentar qualquer sinal de ruptura institucional.

De maneira geral, mesmo com diferenças e controvérsias, aqui serão tratados estudos que passaram a lidar com o partido político como um ator político relevante na disputa eleitoral. As coligações eleitorais, a seleção de candidaturas e as estratégias de candidaturas para cargos legislativos têm tido certa evidência nos principais periódicos e encontros da área, apontando para transformações significativas na produção recente. Assim como a importância dos partidos passou a ser identificada na arena legislativa, os estudos eleitorais e organizacionais começaram a questionar algumas teses vigentes e

---

10 Como aponta Kinzo (2004, p. 36), “no período da experiência democrática pós regime militar, o Brasil tem enfrentado uma situação paradoxal, qual seja, a de consolidar instituições partidárias que, a despeito do papel fundamental que desempenharam na consolidação das democracias ocidentais, deixaram de ocupar a posição central que ocupavam no sistema político”.

a investigar as estratégias de lideranças partidárias, indagando diferentes estratégias em meio ao contexto institucional brasileiro.

### *Sistema partidário, coordenação e institucionalização*

Com o passar de algumas eleições, é possível identificar uma alteração importante na percepção em relação à configuração do nosso sistema partidário: de diagnósticos que apontavam para o excesso de partidos, para a alta complexidade do sistema político para o eleitor, passamos para estudos que apresentam evidências de crescimento de certa regularidade na competição política no Brasil (Braga, 2006; Limongi; Cortez, 2010; Melo, 2010; Melo; Câmara, 2012; Borges, 2015; Limongi; Guarnieri, 2018). Embora seja exagerado considerar tais recentes estudos como otimistas e mesmo como hegemônicos no debate, a relativa estabilidade da competição política, verificada, principalmente, na disputa presidencial, passou a ser apontada como o principal vetor em que se organizou nosso sistema partidário. No lugar da completa fragilidade partidária, vista como mero resultado de instituições eleitorais que favoreciam o personalismo na representação, para esse conjunto da literatura, a agência das lideranças e organizações partidárias na condução da sua inserção na competição política passou a ser considerada como fundamental para a compreensão do funcionamento do nosso sistema político.

Em um trabalho que tratou das eleições entre 1982 e 2002, Maria do Socorro Braga (2006), apesar de identificar a persistência de elevados índices de volatilidade e fragmentação, quando comparamos com outras democracias, constata algo pouco observado até então: uma progressiva redução da instabilidade das preferências eleitorais para Deputado Federal. Segundo Braga (2006, p. 280),

“constatamos uma tendência de queda dos índices de volatilidade nos últimos pares de eleições, indicando que, sob condições de estabilidade dos partidos políticos, as preferências eleitorais, no agregado, tendem a se estabilizar”. Trata-se de um diagnóstico que aponta a existência de um processo de estabilização das preferências eleitorais, com importante crescimento da previsibilidade da competição eleitoral. Ou seja, depois de quatro eleições presidenciais, a autora identifica sinais de estabilização da competição partidária e das escolhas eleitorais.

É importante destacar que, para essa interpretação, a disputa para a Presidência da República tem centralidade explicativa, pois, por se tratar do cargo com maior importância, exerce influência nas estratégias dos atores políticos nas demais disputas. Logo, a repetição de eleições em um sistema eleitoral presidencialista e o aprendizado resultante imprimiram regularidades em nosso sistema, sendo consideradas evidências de que o sistema partidário brasileiro se encontrava em um processo de consolidação ou institucionalização. Por exemplo, Gabriela Tarouco (2010, p. 181) assim afirma:

A análise da institucionalização dos partidos políticos brasileiros pelo seu desempenho eleitoral ao longo das últimas duas décadas aponta para a pertinência de se questionar o rótulo de fluido ou incipiente para o sistema partidário brasileiro: antes, trata-se de um sistema razoavelmente estabilizado de partidos que lograram se estabelecer, permanecem na competição e são persistentemente reconhecidos como tais no ambiente político.

Como também destacam Mainwaring, Power e Bizarro (2018, p. 196),

De modo sem precedentes na história, os dois partidos estabeleceram um duopólio



regular (embora potencialmente frágil) nas eleições presidenciais. Hoje, as organizações partidárias são mais sólidas do que eram nos anos 80 e no início dos anos 90. A disciplina do partido aumentou; as partes desfrutaram de uma infusão substancial de financiamento público, permitindo-lhes realizar muito mais atividades do que poderiam entre 1985 e 1994<sup>11</sup>.

Para explicar tal fenômeno, o calendário eleitoral brasileiro, que envolve a concomitância de disputas majoritárias e proporcionais, é apontado como importante dispositivo institucional para a o surgimento de um sistema partidário mais estável. Trata-se de um procedimento aparentemente simples, mas que proporcionou efeitos significativos nas estratégias das elites partidárias, que tiveram de lidar com diferentes incentivos a partir dos cargos em disputa, realizando cálculos na seleção de candidaturas, na montagem das coligações e outras ações que poderiam otimizar as suas chances na conquista de determinados “prêmios” que o sistema político oferece. Como sustenta André Borges (2015, p. 678), “a realização de eleições coincidentes para presidente, governador e deputado federal desde 1994 vem contribuindo para ampliar os incentivos à coordenação entre as disputas, assim impulsionando a nacionalização das eleições para a Câmara”<sup>12</sup>.

É importante destacar que tal interpretação coloca grande peso na influência que a disputa presidencial desempenha nos demais pleitos<sup>13</sup>. Em estudo sobre as eleições de 2010, Fernando Limongi e Rafael Cortez (2010) constata a sua proeminência no cálculo de todos os partidos na montagem das coligações eleitorais, tendo a função de simplificar o fragmentado sistema partidário brasileiro em dois grandes blocos de partidos também nas disputas estaduais. Assim concluem os autores:

A simplificação do quadro partidário é visível. São poucos os partidos que realmente contam. A clivagem política nacional se reproduz nos estados. PT e PSDB estão presentes, diretamente ou por meio de representantes em todos os estados. A oferta de candidaturas viáveis pelos partidos se reduz a dois, tanto no âmbito nacional como no estadual. O resto é resto (Limongi; Cortez, 2010, p. 37).

Para tais trabalhos, a prática das coligações é tratada não como o sinal da degradação da representação política, mas como um procedimento estratégico à disposição das lideranças partidárias. O formato do sistema partidário não seria determinado apenas pelas regras eleitorais, mas seria também resultado da interação do contexto institucional com as escolhas dos partidos políticos no

---

11 Tradução do seguinte trecho: “In a historically unprecedented manner, two parties established a regular (though potentially fragile) duopoly in presidential elections. Party organizations are more solid today than they were in 1980s and early 1990s. Party discipline increased; parties enjoyed a substantial infusion of public funding, enabling them to undertake far more activities than they could between 1985 and 1994” (Mainwaring; Power; Bizarro, 2018, p. 196).

12 “Assim, a convivência do sistema majoritário com o proporcional, no Brasil, tem influenciado o comportamento tanto de eleitores quanto de dirigentes partidários, pois estes atores políticos definem suas estratégias eleitorais de acordo com a lógica de funcionamento singular de um sistema eleitoral que se orienta por dois princípios de representação” (Braga, 2006, p. 104).

13 Como destacam Limongi e Guarnieri (2018, p. 39): “Eleitores votam nas opções disponíveis. O número de candidaturas competitivas tem sido pequeno: PT, PSDB e a ‘terceira via’. Às vezes, nem isso”.

momento em que constituem alianças; em que formam o cardápio de forças políticas com que o eleitor irá se deparar na urna. Interessados em recursos de campanha, tempo no Horário Eleitoral Gratuito na televisão e no rádio, maximização de votos em determinadas regiões, implementar determinada agenda política (Nicolau, 1996; Schmitt, 2006), os partidos políticos, ao se coligarem, buscam maximizar as chances de obter determinados ganhos disponíveis e, assim, na interação entre essas estratégias, produzem efeitos significativos no padrão de competição política que se instaura no Brasil.

Nesse ponto, é importante destacar que o diagnóstico não se resumiu apenas à centralidade da disputa do PT e do PSDB, como também identificou a convivência de uma heterogeneidade de possibilidades disponíveis aos partidos e às estratégias resultantes. Segundo alguns trabalhos (Melo, 2010; Melo; Câmara, 2012; Borges, 2015; 2019; Limongi; Guarnieri, 2018), o sistema político brasileiro permitiu o convívio de distintas ambições e possibilidades institucionais e competitivas. De certo modo, os competidores, mesmo jogando a partir das mesmas regras institucionais, desfrutam de diferentes possibilidades de ação para ter êxito no sistema político. Como sustenta André Borges (2015, p. 680),

que o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro e sua superposição a um sistema

federativo resultam em incentivos contraditórios com respeito à nacionalização partidária, permitindo a existência de, pelo menos, duas estratégias predominantes: uma mais voltada para a nacionalização outra para a manutenção de apoios locais<sup>14</sup>.

Em estudo também sobre as coligações e os resultados eleitorais, Carlos Ranulfo Melo e Rafael Câmara (2012) constataram o mesmo fenômeno, identificando a existência de dois blocos em nosso sistema partidário: um voltado para a competição nacional — mais vinculado aos partidos que rivalizavam, até então, na competição presidencial — e outro formado por partidos mais flexíveis em suas coligações<sup>15</sup>. Para tal interpretação, o sistema político brasileiro permite que diferentes “prêmios” sejam disputados pelos competidores, fazendo com que poucos partidos consigam disputar o maior deles (o presidencial) e os demais possam almejar as demais recompensas. Como apontam os autores,

Isso permite caracterizar o sistema partidário brasileiro como dotado de uma estrutura aberta de competição, na qual os dois polos tendem a se alternar, mas na forma de coalizões flexíveis, nas quais os números de participantes bem como o espaço ocupado por eles em uma escala esquerda/direita não se encontra definido de antemão (Melo; Câmara, 2012, p. 102).

14 André Borges (2015, p. 680) assim afirma: “A ampliação moderada da nacionalização horizontal a partir de 1994 oculta um sistema segmentado, no interior do qual alguns partidos se nacionalizam por meio de estratégias eleitorais altamente verticalizadas, a exemplo do PT, enquanto outros logram obter distribuições de votação mais homogêneas por meio de estratégias nacionais estaduais incongruentes entre si, a exemplo do PP e do PMDB”.

15 Como apontam os autores, “a estrutura assumida em torno da Presidência da República permite identificar três, e não dois, blocos distintos no sistema partidário brasileiro. Como é claro desde há algum tempo, dois deles — PT, PSB, PDT e PC do B, de um lado, e PSDB, DEM e PPS, de outro — disputam de forma direta a Presidência da República. O terceiro agrupamento, composto do PMDB, PP, PTB e PR, se coloca estrategicamente, ainda que não ideologicamente, entre os anteriores” (Melo; Câmara, 2012, p. 74).

Em relação aos fatores atribuídos a essa divisão no sistema partidário brasileiro, Melo (2010) oferece uma explicação histórica de êxito de determinados partidos e das estratégias disponíveis para os diferentes níveis de competição eleitoral. Segundo o autor, PT e PSDB duopolizaram a competição presidencial por conta de estratégias de ambos os partidos no momento de redemocratização do sistema político, permitindo que ambos ocupassem um espaço político e dificultassem a entrada de demais na disputa da principal “recompensa”. Assim, não apenas as estratégias importaram nesse processo, mas o momento em que elas ocorreram. Depois de ocupado o espaço do pleito presidencial, outros partidos acabaram disputando para outros cargos e diferentes vantagens em nosso sistema político.

É importante pontuar que tal interpretação foi vista como demasiadamente otimista por Yan Carreirão (2014), ao reforçar que o sistema partidário brasileiro apresentava elevados índices de volatilidade, um sistema partidário marcado pela persistência de coligações inconsistentes. Além disso, para o autor, persiste a alta fragmentação partidária, tornando o sistema partidário complexo e com baixa nitidez ideológica para os eleitores, o que traria dificuldades para o *accountability*. Como o autor afirma sobre os trabalhos citados: “A perspectiva geral, porém, me parece ser a de que está presente aí uma avaliação excessivamente positiva da dinâmica recente do sistema partidário brasileiro” (Carreirão, 2014, p. 287). Apesar de verificar virtudes, o autor reafirma a preocupação clássica com as funções primordiais dos partidos na representação política:

É importante indicar também as limitações existentes em nosso sistema partidário, até porque elas estão relacionadas a problemas de

representatividade política e de *accountability* (principalmente nas eleições proporcionais), com efeitos negativos na qualidade da representação e no grau de legitimidade dos partidos e das instituições políticas — questões que não são novas no debate, mas que talvez valha a pena relembrar (Carreirão, 2014, p. 287).

Assim, longe de ser um debate linear, ele permanece aberto, e há uma importante discussão a respeito dos parâmetros de comparação das expectativas em relação ao sistema partidário. De qualquer modo, essa produção apontou para o fato de que, mesmo tendo incentivos para a criação e manutenção de partidos com baixo apoio eleitoral, o contexto institucional também possibilitou a coordenação das forças políticas e uma consequente redução de opções disponíveis aos eleitores. É importante destacar que, longe de serem o mero resultado de um único incentivo institucional, as obras citadas apontam para um fenômeno mais complexo, que envolve uma heterogeneidade de possibilidades e estratégias advindas das movimentações iniciais dos partidos políticos brasileiros.

#### *Partidos, eleições e outros recursos de poder de lideranças*

Além do recurso de se coligarem, as lideranças partidárias também têm à disposição recursos organizacionais na conformação das opções disponíveis aos eleitores na urna, ferramentas que podem ser centrais na seleção de candidatos nas disputas proporcionais e majoritárias. Nos últimos anos, alguns recentes trabalhos questionaram teses que constatavam excessiva autonomia dos candidatos, o que implicaria na existência de bases eleitorais, muitas vezes, concentradas e sustentadas por vínculos pessoais, marcados pela falta de controle dos partidos políticos no lançamento de candidaturas (Ames, 2003; Mainwaring, 2001).

De maneira geral, enquanto o debate a respeito da competição presidencial e das coligações tratou, principalmente, da inteligibilidade do sistema partidário, esse segundo grupo de estudos investiga a agência dos partidos na seleção e na distribuição espacial de candidaturas.

Em relação à seleção de candidaturas, é importante destacar que tal tema vincula-se com uma ampla discussão acerca do funcionamento interno dos partidos políticos, englobando elementos como a origem e atuação da organização e a distribuição interna de poder<sup>16</sup>. Parte-se do questionamento do diagnóstico de ausência de importância das elites partidárias na seleção das candidaturas e de nítidas diferenças entre os partidos políticos nesse aspecto, com a exceção do PT. Tratados, muitas vezes, como meros resultados das regras do jogo, alguns estudos identificaram um quadro distinto, com diferenças significativas entre os partidos brasileiros e um elevado poder das elites partidárias na condução dos rumos dos partidos políticos.

A partir de investigações baseadas nos estatutos e de observações em convenções partidárias, alguns trabalhos (Braga, 2008; Braga; Veiga; Miriade, 2009) identificaram que a atuação das lideranças dos partidos está longe de ser desprezível na formação da lista de candidatos. Para tais estudos, é possível observar nos principais partidos políticos a existência de dispositivos formais e iniciativas que visam à redução da participação interna e a consequente centralização do recrutamento partidário nas “mãos de poucos”. Como aponta Braga a respeito da seleção de candidaturas em São Paulo: “As lideranças possuem diversos mecanismos para restringir essa participação, desde a convo-

cação para as convenções, limitada a poucos membros, até a intervenção em diretórios e a nomeação de comissões provisórias” (Braga, 2008, p. 481). Embora Braga, Veiga e Miriade (2009) identifiquem algumas diferenças nos procedimentos dos partidos, é também constatado que as lideranças partidárias têm expressivo controle na formação da lista partidária: “Ficou claro o caráter centralizado das lideranças partidárias no processo de seleção das candidaturas” (Braga; Veiga; Miriade, 2009, p. 139).

Fernando Guarnieri (2011), em estudo que investiga o expediente de formação de comissões provisórias, identifica que, embora as lideranças partidárias possam usufruir de grande poder interno, os partidos têm expressivas diferenças entre si e o modo como eles se organizam proporciona efeitos na eficiência eleitoral. Para o autor, longe de usufruírem de uma mesma configuração interna, os partidos políticos brasileiros apresentam significativas diferenças na centralização de poder: enquanto o PP e o PTB apresentam uma organização monocrática, sustentada em comissões provisórias, o PT e o PMDB já têm uma estrutura mais fixa e descentralizada, que limita o arbítrio dos líderes. Para o autor, tais diferenças influenciam o lançamento de candidaturas: organizações mais monocráticas tendem a não enfrentar problemas internos e não lançar candidaturas com baixa probabilidade de êxito. Ou seja, “partidos ‘poliárquicos’, como o PT e o PMDB, são mais sujeitos à falha de coordenação, pois suas lideranças não controlam completamente os processos de decisão de estratégia eleitoral” (Guarnieri, 2011, p. 254). Ou seja, as estratégias de

---

16 Esse alerta se torna necessário por conta de tais trabalhos dialogarem com um referencial teórico destinado a investigar como funcionam internamente as organizações partidárias. Trata-se de um campo de estudo fortemente influenciado pelo clássico trabalho de Ângelo Panebianco (2005).

líderes partidários importam no processo de lançamento de candidaturas; contudo, elas ocorrem constrangidas por um ambiente organizacional com específicas características de distribuição interna de poder<sup>17</sup>.

Assim, mesmo com razoável heterogeneidade interna e no recrutamento da lista partidária, os partidos políticos são vistos como atores importantes nesse processo. Como sustentam Braga e Amaral (2013, p. 41), “apesar do contexto institucional prevalecente, as evidências empíricas [...] revelam que os partidos brasileiros vêm controlando o acesso e a conformação da lista de candidatos a Deputado Federal”. O trabalho de Braga e Amaral (2013) também reforça que a escolha da lista obedece ao princípio de potencializar o êxito eleitoral do partido político:

Os partidos examinados, além de terem um número sempre menor do que aquele permitido por lei, levam em consideração a possibilidade de contarem ou não com “puxadores” de votos, buscando sempre garantir sua sobrevivência no mercado eleitoral tendo em vista a cláusula de exclusão estadual permanente, o quociente eleitoral (Braga; Amaral, 2013, p. 41-2).

Logo, nas eleições proporcionais, os achados acima indicam que as trajetórias individuais dos políticos devem passar pelo crivo das estratégias dos partidos políticos, que acabam promovendo determinadas can-

didaturas em detrimento de outras visando maximizar a possibilidade de aumentar suas bancadas. Trata-se de obras que realizam estudos a partir dos aspectos internos dos partidos, sem se aprofundar nos resultados eleitorais, nas possibilidades de que os vínculos personalistas entre os candidatos e suas bases prevalecessem em nosso sistema político. Em relação a esse debate, é importante lidar com trabalhos (Avelino; Biderman; Silva, 2011, 2016; Avelino; Biderman; Barone, 2012; Silva; Silotto, 2018) que questionaram evidências que apontavam a existência de resultados eleitorais concentrados em bases pessoais e vinculados à destinação de políticas públicas espacialmente localizadas (Ames, 2003; Carvalho, 2003).

Para Avelino, Biderman e Silva (2016), a estratégia eleitoral de concentrar a votação em uma circunscrição geográfica é verificada nos dados, entretanto ela não é hegemônica. De maneira geral, é recorrente a dispersão de votos das candidaturas mais vitoriosas, o que indica que, de certo modo, os políticos individuais devem ultrapassar as fronteiras de sua base para conseguir êxito nas urnas<sup>18</sup>. Assim, “uma candidatura para ser vitoriosa, portanto, ainda que possa ter por origem uma liderança localizada, supõe alguma dispersão da votação do candidato pelo estado” (Avelino; Biderman; Silva 2016, p. 1111-1112). Nesse ponto, é importante destacar que a importância do apoio dos prefeitos in-

---

17 O trabalho de Bruno Bolognesi (2013) identifica um quadro distinto ao investigar o nível de democracia interna dos partidos políticos brasileiros. Mesmo com algumas diferenças, o autor identifica que apenas o PT se destaca em relação à democracia interna dos partidos. De certo modo, o autor reafirma a singularidade do PT em relação a tal tema, constatando certa homogeneidade organizativa dos demais partidos políticos.

18 Como apontam os autores, “os votos dos candidatos eleitos não são concentrados, pelo menos não nos termos supostos pela literatura. A concentração eleitoral parece ser uma estratégia de candidatos entrantes no sistema que precisam se desconcentrar para se elegerem. Assim, a concentração eleitoral não deixa de ser uma estratégia eleitoral; mas, certamente, não é a estratégia utilizada pela maioria dos eleitos. A decisão de concentrar esforços eleitorais é estratégia pontual, ou resposta a situações particulares que tornem a concentração mais efetiva” (Avelino; Biderman; Silva, 2016, p. 1112).

dicaria a presença de elementos partidários, sendo o resultado não apenas derivado do esforço individual dos candidatos (Avelino; Biderman; Barone, 2012). Assim, os achados apontam para a importância dos partidos a partir das prefeituras conquistadas anteriormente, sendo o êxito das candidaturas para Deputado Federal e Estadual relacionado, de certo modo, com a capilaridade partidária, pensada a partir das prefeituras. É importante destacar que tais trabalhos sustentam que a concentração ou a dispersão de votos são possíveis estratégias adotadas tanto pelos candidatos quanto pelas lideranças partidárias, que levam em consideração as distribuições regionais dos apoios dos eleitores. Mesmo sem desconsiderar a importância das bases locais de apoio dos candidatos, tal conjunto da literatura chamou a atenção para a relevância de outros aspectos que envolvem redes existentes dos partidos, além das bases mais localizadas dos candidatos.

Assim, esse conjunto da literatura também estabelece críticas à inexistência dos partidos políticos, sustentando que eles têm relevância na constituição de bases eleitorais das candidaturas às eleições proporcionais. Além do controle na formação das listas, é possível identificar que a estrutura partidária pode ser relevante no cálculo de muitos competidores, no sentido de aumentar a probabilidade de êxito, o que, muitas vezes, envolve ultrapassar uma votação estritamente concentrada em uma região. Assim como no caso dos trabalhos sobre seleção de candidaturas, tais artigos nos mostram uma multiplicidade maior de estratégias na conquista de votos que não se resume à cristalização de uma relação exclusivamente personalista entre candidato e eleitor. Os atores políticos aqui mencionados são vistos como agentes da disputa eleitoral que interagem entre si e, assim, proporcionam diferentes padrões de

atuação, mesmo sendo regidos por um único contexto institucional.

De maneira geral, tanto em relação às estratégias de coligação quanto aos vínculos das candidaturas com os partidos políticos, constatou-se que a produção recente sobre o tema aponta para a relevância dos partidos políticos. Entretanto, é também necessário pontuar que esse diagnóstico convive com a existência de uma maior complexidade de possibilidades de interação entre instituições, organizações partidárias, políticos individuais e eleitores. Ou seja, a afirmação dos partidos como relevantes nos cálculos eleitorais dos atores políticos está longe de envolver a identificação de apenas uma estratégia condicionada pelas instituições eleitorais: há um conjunto de possibilidades de interações.

### **Considerações finais e algumas pendências**

A presente reconstrução teve pretensões modestas em relação à crescente produção sobre o tema aqui desenvolvido. Assim, não apenas alguns trabalhos como também alguns temas adjacentes não foram incorporados. De qualquer modo, a produção analisada aponta para a existência de dois momentos nos estudos sobre os partidos nas eleições. Enquanto no primeiro se destaca uma avaliação mais crítica dos partidos políticos brasileiros, no segundo é possível identificar diagnósticos que identificam a sua maior centralidade na condução das eleições e na representação política da nossa atual experiência democrática.

É importante enfatizar que tais interpretações estão sustentadas em diferentes abordagens, o que proporciona distintas expectativas em relação aos partidos políticos e sua atuação na arena eleitoral. Enquanto na primeira a questão se move a partir da importância de o sistema partidário estar mais vinculado

com o conjunto da sociedade, na segunda há a expectativa de identificar o partido como um ator político estratégico, capaz de ter relativa agência em determinados momentos da competição eleitoral. Também é necessário pontuar que, mesmo as instituições eleitorais tendo um papel vital em ambas abordagens, o peso explicativo se altera, sendo a segunda abordagem mais preocupada em observar variações estratégicas em um mesmo contexto institucional. Apesar de tais diferenças, a literatura analisada apresenta como indagação comum se nosso sistema político conta com partidos políticos de fato, sejam eles relevantes nas preferências eleitorais, sejam eles atores estratégicos na disputa política.

De maneira geral, é possível verificar um campo de estudo em amplo desenvolvimento e que tem progressivamente diversificado seus temas e suas preocupações. Por exemplo, é importante destacar o crescimento de estudos de financiamento político que, muitas vezes, têm se dedicado a investigar o financiamento dos partidos e o modo como eles distribuem recursos de campanhas aos candidatos (Peixoto, 2016; Ribeiro, 2013; Krause *et al.*, 2015). Trata-se de um tema em crescimento que tem sido progressivamente incorporado na discussão a respeito das estratégias partidárias. Mesmo sendo uma literatura já ampla e consolidada (Mancuso, 2015), é importante avançar em investigações que integrem a questão financeira dos partidos com as estratégias de lideranças e candidatos.

Outra discussão que deve ser destacada como emergente é a relativa aos vínculos de determinados grupos sociais com os partidos políticos. Nesse ponto, destaca-se o êxito na inserção dos evangélicos na po-

lítica e como os partidos políticos têm absorvido a expansão desse setor na sociedade (Nascimento, 2017; Lacerda, 2017; Leine, 2019). Também em relação a essa questão é possível identificar alguns estudos que tratam de dificuldades de inserção nos partidos políticos, como, por exemplo, das mulheres e dos negros (Araújo, 2005; Miguel; Biroli, 2010; Campos; Machado, 2015)<sup>19</sup>. Tais esforços nos chamam a atenção para novas possibilidades na investigação da relação dos partidos políticos com a sociedade. Ou seja, longe dos tradicionais indicadores, eleitores e organizações partidárias se relacionam, sendo fundamental avançar na compreensão de que modo isso acontece.

Um terceiro desafio refere-se às nossas expectativas teóricas, pois, como foi visto, é por meio delas que questões são formuladas. A persistência da relevância dos estudos inaugurais pode ser explicada, entre outros fatores, pela clareza em relação ao que esperavam de nossas instituições representativas. Um importante desafio é o de pensar a respeito da qualidade dos regimes democráticos, incorporando também avanços e possibilidades oferecidos pela teoria política. Trata-se de um esforço valioso para compreendermos o momento atual e as responsabilidades que cabem às organizações partidárias. Como Kinzo (2004, p. 36) conclui em um importante artigo: “as implicações para a qualidade da democracia, estão [...] no terreno normativo. Embora essa possa ser uma discussão pouco afeita ao debate que hoje domina na Ciência Política, não há por quê evitá-lo”.

Apesar de possivelmente estarmos atravessando um momento crítico no funcionamento da nossa democracia e em nossos estudos, pa-

---

19 É importante destacar que se trata apenas de alguns exemplos de um campo de estudos que tem crescido nos últimos anos.

rece que temos uma oportunidade para pensar a respeito de nossa produção, no modo como ela foi constituída, e o que, de fato, esperamos em uma democracia representativa. Talvez seja

o momento não de abandonar referenciais teóricos valiosos no desenvolvimento desse campo de pesquisa, mais de repensar nossas habituais indagações e alternativas empíricas.

## Bibliografia

- ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In: ABRANCHES, S. et al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11-34.
- AMARAL, O. E. do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. São Paulo: Alameda, 2013.
- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 193-215, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 987-1013, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000400005>
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. **Dados**, v. 54, n. 2, p. 319-347, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000200004>
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. A Concentração Eleitoral no Brasil (1994-2014). **Dados**, v. 59, n. 4, p. 1091-1125, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582016108>
- BOLOGNESI, B. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 45-68, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000200004>
- BORGES, A. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201555>
- BORGES, A. Razões da Fragmentação: Coligações e Estratégias Partidárias na Presença de Eleições Majoritárias e Proporcionais Simultâneas. **Dados**, v. 62, n. 3, p. 1-37, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582019179>
- BORGES, T.; CARREIRÃO, Y. de S.; NASCIMENTO, F. Os partidos políticos brasileiros e a (in)consistência das coligações para Deputado Federal em 2014. *In: KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (Org.). Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/Ed. UNESP, 2017. p. 203-230.
- BRAGA, M. S. S. As organizações partidárias e a seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200008>
- BRAGA, M. S. S. **O processo eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.
- BRAGA, M. S. S.; AMARAL, O. E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 33-43, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200003>



- BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200008>
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 121-151, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>
- CARREIRÃO, Y. de S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 14, p. 255-295, 2014. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410>
- CARREIRÃO, Y. de S.; NASCIMENTO, F. Coligações nas eleições para o Senado brasileiro. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Ed. Unesp, 2010. p. 99-133.
- CARVALHO, N. R. de. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- DESPOSATO, S. Estratégia eleitoral com representação proporcional de lista aberta e distritos uninominais: subeleitorados e comunicação política. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Org.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009. p. 269-291.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: Editora FGV/FAPESP, 1999.
- FREITAS, A.; GUARNIERI, F. Neoinstitucionalismo na pós Constituição de 1988 e as duas visões sobre os partidos políticos no Brasil. In: HOLLANDA, C. B.; VEIGA, L.; AMARAL, O. (Org.). **A Constituição de 88 trinta anos depois**. Curitiba: Editora UFPR, 2018. p. 230-250.
- GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100007>
- HUNTER, W. **The Transformation of the Workers’ Party in Brazil (1989–2009)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KINZO, M. D. Funding parties and elections in Brazil. In: BURNELL, P.; WARE, A. (Org.). **Funding democratization**. New Brunswick/Londres: Transaction Publishers, 1998. p. 116-136.
- KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100005>
- KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>
- KRAUSE, S.; GODÓI, P. P. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Ed. UNESP, 2010. p. 41-98.
- KRAUSE, S.; REBELLO, M. M.; SILVA, J. G. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 247-272, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151610>
- LACERDA, F. Evangelicals, Pentecostals and Political Representation In Brazilian Legislative Elections (1998-2010). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, p. 1-23, 2017. <https://doi.org/10.17666/329310/2017>

- LAMOUNIER, B. Estrutura Institucional e Governabilidade na década de 90. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **O Brasil e as Reformas Políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 23-47.
- LAVAREDA, A. **Democracia das urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Editora Revan, 1991.
- LEINE, P. C. **Partido Social Cristão: organização e distribuição do poder**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- LIMA JR., O. B. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- LIMA JR., O. B. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIMONGI, F.; ALMEIDA, M. H.; FREITAS, A. Da sociologia política ao (neo) institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. *In*: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. S. (Org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2016. p. 61-91.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 88, p. 21-37, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300002>
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. Duverger nos trópicos: coordenação e estabilidade nas eleições presidenciais brasileiras pós-redemocratização. *In*: FIGUEIREDO, A.; BORBA, F. (Org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018. p. 37-61.
- MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos**, v. 29, p. 34-58, 1991.
- MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Mercado Aberto/Editora FGV, 2001.
- MAINWARING, S.; POWER, T.; BIZARRO, F. The uneven institutionalization of party system: Brazil. *In*: MAINWARING, S. (Org.). **Party Systems in Latin America: institutionalization, decay and collapse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 164-200.
- MANCUSO, W. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235409>
- MELO, C. R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 13-41, 2010.
- MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100003>
- MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>
- NASCIMENTO, C. C. **Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus**. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.
- NICOLAU, J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 219-236, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200002>
- NICOLAU, J. **Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1996.

- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400002>
- NICOLAU, J. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. *In*: MARTINS, C. B.; LESSA, R. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 217-240.
- NICOLAU, J. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados**, v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100003>
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEIXOTO, V. M. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamound, 2016.
- RENNÓ, L. O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e accountability nas eleições de 2002. *In*: SOARES, G. A. D.; RENNO, L. R. (Org.). **Reforma Política: lições da história recente**, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 47-70.
- RIBEIRO, P. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- RIBEIRO, P. F. El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v. 33, n. 3, p. 607-629, 2013. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2013000300002>
- SAMUELS, D. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003a.
- SAMUELS, D. Financiamento de campanhas e eleições no Brasil: o que podemos aprender com o “caixa um” e as propostas de reforma. *In*: BENEVIDES, M. V.; VANUCCI, P.; KERCHER, P. **Reforma Política e Cidadania no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003b. p. 388-391.
- SAMUELS, D. Incentives to Cultivate a Party Vote in a Candidate-Centric Electoral System. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 4, p. 487-518, 1999. <https://doi.org/10.1177%2F0010414099032004004>
- SAMUELS, D. Money, Elections, and Democracy in Brazil. **Latin American Politics & Society**, v. 43, n. 2, p. 27-48, 2001. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2001.tb00398.x>
- SANTOS, W. G. **A difusão parlamentar do sistema partidário: exposição do caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- SANTOS, W. G. **O cálculo do conflito: estabilidade e a crise política na política brasileira**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2003.
- SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora UnB, 1982.
- SCHMITT, R. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. *In*: KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 11-26.
- SILVA, G. P.; SILOTTO, G. Preparing the Terrain: Conditioning Factors for the Regionalization of the Vote for Federal Deputy in São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 2, p. e0006, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800020006>
- SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 169-186, 2010.
- VIEIRA, O. V. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

## Resumo

*Representação política e eleições no Brasil: percursos, entraves e perspectivas na produção recente*

O artigo apresenta uma revisão da produção sobre os partidos e a competição eleitoral na atual experiência democrática brasileira, apontando os desenvolvimentos teóricos que sustentaram sua evolução. Desde a década de 1980 até meados da primeira década do século XXI, a preocupação com o enraizamento dos partidos políticos em nossa sociedade fundamentou grande parte dos estudos, que constataram deficiências preocupantes no funcionamento de nossos partidos e de como eles se vinculavam com os eleitores. Recentemente, constata-se importante mudança no debate, com a presença de estudos que investigaram as estratégias dos atores políticos na competição eleitoral. Trata-se de mudança importante nos estudos empíricos que proporcionou um afastamento de pretensões normativas mais amplas em relação ao funcionamento de nossa democracia.

**Palavras-chave:** partidos políticos; representação política; eleições; competição política; regimes democráticos.

## Abstract

*Political representation and elections in Brazil: patterns, challenges and perspectives in recent production*

The article presents a literature review of studies that investigated the parties and the electoral competition in the current Brazilian democratic experience, pointing out the theoretical developments that supported its evolution. From the 1980s to the middle of the first decade of the 21st century, the concern with the rooting of political parties in our society was the basis for most studies, which found problems in the functioning of our parties and how they connected with voters. Recently, there has been an important change in the debate, with the presence of studies that investigated the strategies of political actors in the electoral competition. This is an important transformation in empirical studies, which have moved away from broader normative claims regarding the functioning of our democracy.

**Keywords:** Brazilian political parties; political representation; elections; political competition; democratic regimes.

## Résumé

*Représentation politique et élections au Brésil: modèles, défis et perspectives dans la production récente*

Cet article présente une revue de la littérature avec les études qui ont enquêté sur les partis et la compétition électorale dans l'expérience démocratique brésilienne actuelle, en soulignant les développements théoriques qui ont soutenu son évolution. Des années 1980 au milieu de la première décennie du XXI<sup>e</sup> siècle, le souci de l'enracinement des partis politiques dans notre société a été la base de la plupart des études, qui ont trouvé des problèmes dans le fonctionnement de nos partis et dans leurs relations avec les électeurs. Récemment, un changement important a été observé dans le débat, avec la présence d'études qui ont enquêté sur les stratégies des acteurs politiques dans la compétition électorale. Il s'agit d'une transformation importante dans les études empiriques, qui se sont éloignées des revendications normatives plus larges concernant le fonctionnement de notre démocratie.

**Mots-clés:** partis politiques brésiliens ; représentation politique ; élections ; compétition politique ; régimes démocratiques.